

Ensino básico terá R\$ 15 bi

Emenda prevê 15% da arrecadação para o ensino fundamental

Leonardo Souza
do Rio

As instituições de ensino fundamental do País receberão R\$ 2,3 bilhões a mais do que hoje dispõem, com a entrada em vigor da emenda constitucional número 14, em janeiro de 1998. Os cálculos são do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que participou ontem do "Seminário Especial sobre Educação, Força de Trabalho e Competitividade", na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI), no Rio.

De acordo com o ministro, a emenda, já aprovada pelo Congresso, prevê que 15% de toda a arrecadação de estados e municípios terão de ser destinados para o ensino fundamental. Em suas contas, serão R\$ 15 bilhões por ano, em que estariam incluídos os R\$ 2,3 bilhões a mais.

Ele conta que mecanismos da emenda permitem que sejam transferidos recursos entre municípios de mesmo estado e a distribuição dos recursos é proporcio-

nal ao número de alunos nas escolas. Determina também que cada instituição tem que atingir, anualmente, R\$ 300 por aluno. Se esse valor não for atingido, o governo federal o complementará.

Outro ponto do projeto define que 60% dos R\$ 15 bilhões servirão para o pagamento de professores. Diz que, com essa medida, os salários subirão em estados onde a remuneração é muita baixa, como no Nordeste. Garantiu que nenhum professor ganhará menos que um salário mínimo. Estima que os salários médios nos estados mais pobres ficarão em R\$ 300.

Os R\$ 2,3 bilhões com que as escolas passarão a contar — além do que hoje recebem — são recursos que não têm como destino prioritário o ensino. "O dinheiro que muitas vezes é usado para a construção de um ginásio ou para merenda escolar, questões importantes, mas não fundamentais, serão utilizados em outras escolas para fins essenciais, como compra de material didático,

pagamento de professores e até mesmo construção de novas escolas", exemplifica o ministro.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), também presente ao seminário, questionou a promessa do presidente Fernando Henrique, lembrada por Paulo Renato, de que ao final de seu mandato não haverá crianças fora da escola. Ele disse que os dados apresentados pelo presidente de redução no número de analfabetos são localizados e não retratam exatamente a realidade de todo o País.

Paulo Renato Souza reconheceu que há muito o que ser feito, mas ressaltou que uma das primeiras iniciativas do governo foi investir no ensino fundamental. Disse que o nível do ensino de segundo grau no Brasil está abaixo da média dos demais países da América Latina. Citou, no entanto, iniciativas do governo para mudar o atual quadro, como a medida que entra em vigor no próximo ano, permitindo aos alunos a opção pelo ensino técnico de segundo grau.